

Ensino de história e relações étnico-raciais: experiências de práticas pedagógicas no ensino fundamental

Enseñanza de la historia y relaciones étnico-raciales:
experiencias prácticas educacionales a nivel básico

The teaching of history and ethnic-racial relations: experiences
of pedagogical practices in fundamental teaching

Dossier | Dossiê

Fecha de recepción
Data de recepção
Reception date
10 de enero de 2017

Fecha de modificación
Data de modificação
Modification date
25 de febrero de 2017

Fecha de aceptación
Data de aceitação
Date of acceptance
2 de marzo de 2017

Claudete de Sousa-Nogueira

Universidad Estadual Paulista
Araraquara / Brasil
claudete@fclar.unesp.br

Resumo

O presente trabalho analisa os conceitos e práticas dirigidas a docentes no âmbito da educação para as relações étnico-raciais propostas pelas Leis 10.639 e 11.645. Pretende-se apresentar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo compreender, a partir das narrativas de professores que trabalham nos primeiros anos da escola primária, as concepções e práticas pedagógicas relativas à proposta da "Educação para as relações étnico-raciais". Este termo, introduzido com a aprovação da Lei 10.639/03 e do Parecer CNE/CP 003/04, refere-se ao processo de ensino e aprendizagem envolvendo a participação de diferentes grupos em que ocorre trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igualitária, equitativa. Seguindo uma metodologia qualitativa, definiu-se como instrumentos a análise bibliográfica, a observação em contexto escolar e a recolha de narrativas orais de professores com o intuito de compreender os seus pontos de vista e identificar em suas práticas pedagógicas ações que promovam entre os alunos as reflexões desejadas. Os resultados apontam para a existência de algumas práticas pedagógicas bem sucedidas, ou seja, ações diversificadas e planejadas por professores que buscam criar situações de ensino e de aprendizagem em articulação com a temática étnico-racial. A pesquisa permitiu identificar as dificuldades encontradas por docentes para realizar essas atividades.

Palavras-chave: relações étnico-raciais, ensino da história, práticas pedagógicas, ensino primário, formação docente.

Referencia para citar este artículo: Sousa-Nogueira, C. (2017). Ensino de história e relações étnico-raciais: experiências de práticas pedagógicas no ensino fundamental. *Revista del Cisen Tramas/Maepova*, 5 (1), 175-184.

Resumen

Este documento analiza los conceptos y prácticas dirigidas a los profesores para la educación de las relaciones étnico-raciales propuestas por las Leyes 10.639 y 11.645. Se tiene la intención de presentar los resultados de un estudio que tuvo como objetivo comprender a partir de los informes de los maestros que trabajan en los primeros años de la escuela primaria, las concepciones y prácticas pedagógicas en relación con la propuesta de "La educación de las relaciones étnico-raciales." Este término introducido desde la aprobación de la Ley 10.639 / 03 y Opinión CNE / CP 003/04, se refiere al proceso de enseñanza y aprendizaje con la participación de diferentes grupos en los cuales se produce el intercambio de información, la ruptura desconfianza, un proyecto conjunto para construir una la sociedad, justa, igualitaria, equitativa. Definido por una metodología cualitativa, con los instrumentos de análisis bibliográfico, la observación en el entorno escolar y la colección de relatos orales de los profesores con el fin de comprender sus puntos de vista e identificar sus prácticas de enseñanza, las acciones que promuevan en los estudiantes las reflexiones deseados. Los resultados apuntan a la existencia de algunas prácticas exitosas de enseñanza, o sea, acciones diversificadas y planificadas por los profesores que buscan crear situaciones de enseñanza y aprendizaje, combinados con el tema étnico-racial. La investigación identificó las dificultades encontradas por los profesores para realizar estas actividades.

Palabras clave: relaciones étnicas y raciales, Historia de la Educación, Prácticas pedagógicas, Educación Primaria y formación del profesorado.

Abstract

This piece of work analyzes the pedagogical concepts and practices directed at teachers for the education for ethnic-racial relations proposed by Laws 10.639 and 11.645. Our goal is to present the results from a research that aimed at understanding, drawing on the narratives of teachers who work in the first years of primary education, the pedagogical conceptions and practices with regard to the proposal of "An education for ethnic-racial relations". This term, introduced with the approval of Law 10.639/03 and Position CNE/CP 003/04, refers to the process of teaching and learning involving different groups in which there is an exchange of knowledge, overcoming of distrust, a joint project to build a fair and egalitarian society. According to a qualitative methodology, we resort to bibliographic analysis, observation in school context and the collection of oral narratives of teachers in order to understand their conceptions and identify, in their pedagogical practices, actions that promote the desired thinking among students. The findings point to the existence of some successful pedagogical practices, that is, diverse and planned actions by teachers who seek to create teaching and learning situations in articulation with ethnic-racial

themes. The research allowed us to identify the difficulties encountered by teachers in carrying out these activities.

Keywords: ethnic-racial relations, history teaching, pedagogical practices, primary education, teacher training.



1. INTRODUÇÃO

Em 09 de janeiro de 2003, foi sancionada no Brasil a lei 10.639 que alterou as diretrizes e bases da educação nacional e tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental, públicos e particulares. De acordo com a lei, o currículo deve conter o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra no país e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira nas áreas econômica, social e política. No ano de 2008 a lei 10.639 foi alterada pela Lei 10.645 incluindo a obrigatoriedade aos estabelecimentos do ensino da história e Cultura indígena.

As referidas Leis foram então fundamentadas pelo Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena. Essas Diretrizes definem que educar para as relações étnico-raciais no Brasil, significa fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados, o que na prática consiste em desenvolver aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (Brasil, 2004, p. 6)

De acordo com o documento, pensar as propostas de implementação da Lei n.º. 10.639/2003 implica em “estarmos abertos ao diálogo, à escuta, à integração de saberes, à ruptura de barreiras, às segmentações disciplinares estanques.” Entende-se que ensinar e aprender num contexto de diversidade instiga conhecer e refletir sobre as relações estabelecidas entre os diferentes grupos ao longo de sua história

A aprovação das leis foi resultado da luta construída durante anos pelos movimentos sociais, especificamente o movimento Negro e indígena, que denunciavam a omissão da História e Cultura Negra e indígena e ao longo do processo exigiram seu reconhecimento.

A escola tem se constituído durante muito tempo um *locus* privilegiado para o debate e as ações que levem a uma educação voltada para a diversidade, o que desafia o trabalho de Professores e gestores a refletir e definir ações que contemplem as propostas da legislação, considerando as especificidades de cada projeto Pedagógico. Ao longo do processo, influenciados pela luta e ações dos movimentos sociais, algumas escolas, passam a indicar em seus projetos, ações que possibilitem construir propostas para a Educação das relações étnico-raciais.

Nesse contexto de desafios, possibilidades e experiências foi desenvolvida uma pesquisa tendo como foco as práticas pedagógicas docentes desenvolvidas em escolas públicas de Ensino Fundamental. Para tanto, foram priorizadas as atividades desenvolvidas durante às

aulas de História, já que a proposta central do ensino fundamental para o Ensino de história é “o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sociocultural do país, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, devendo alunos e professores posicionarem-se contra quaisquer formas de discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Pensar na organização de uma sociedade democrática, plural e fundada na equidade, nos remete então a função principal do ensino de História, ou seja, a formação da consciência histórica, que segundo Rüsen (2009) envolveria alguns procedimentos mentais, entre os quais a orientação da ação humana pela interpretação histórica e a motivação para a ação. Nesse contexto, espera-se que haja uma orientação que supere a perspectiva etnocêntrica e “no lugar da avaliação desigual, o sistema de valores da formação da identidade deve incluir o princípio da equidade atuando através da diferença entre o eu e os outros.” (Rüsen, 2009, p. 178)

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa, que teve como objetivo conhecer a partir das narrativas de professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, as práticas pedagógicas referentes a temática da diversidade étnico-raciais. Na seleção e análise das diversas práticas pedagógicas com relações étnico-raciais na Escola, levou-se em conta as possibilidades de trabalho no contexto da diversidade, já que essas revelam as concepções e posicionamentos dos docentes frente à grande diversidade presente nos espaços escolares, assim como as diversos estratégias e recursos utilizados nas práticas de ensino. (Candau, 2008). O estudo foi conduzido pela seguinte questão: Que ações vêm sendo desencadeadas por meio da prática pedagógica de professores com a intenção de desenvolver um processo educativo voltado para a afirmação e valorização da diversidade étnico-racial? Ou seja, de que forma os professores, que atuam nos anos iniciais da Educação Básica se apropriam e desenvolvem atividades referentes à diversidade étnico-racial?

2. PERCURSO TEÓRICO - METODOLÓGICO

A perspectiva intercultural crítica, referência teórica da referida pesquisa, fundamenta-se em reconhecer que a sensibilização intercultural não pode ser concebida de forma dissociada da realidade do cotidiano docente, de suas representações e de seu saber. Recorre-se assim, aos estudos que enfatizam a importância de se compreender os saberes mobilizados pelos professores em seu cotidiano escolar para conduzir sua prática docente, permeada por representações construídas no dia-a-dia. (Teixeira, 1994; Nóvoa 1995; entre outros).

Para Candau (2008) a perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural. Uma educação capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (Candau, 2008, p. 35)

Nesse contexto, a escola tem papel fundamental no processo, na medida em que pode contribuir para a formação de sujeitos conscientes e cidadãos participativos considerando outros saberes e conhecimentos. Partimos do pressuposto de que a escola deve ser compreendida como um espaço socio-cultural, como nos destaca Dayrell (1996)

Que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição. (Dayrell, 1996.p.1)

O ambiente escolar é assim considerado um rico espaço que permite avanços, indagações e questionamentos sobre a teoria educacional, se refletindo também na prática pedagógica. A partir de suas práticas, docentes e gestores são desafiados a “construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, articulando conhecimento científico e os outros conhecimentos produzidos pelos sujeitos sociais em suas realidades sociais, culturais, históricas e políticas.” (Gomes, 2012, p.99)

Pesquisas recentes no Brasil têm buscado aprofundar reflexões sobre as relações étnico-raciais nos sistemas de ensino e nas escolas considerando as práticas pedagógicas docentes como uma importante referência para a compreensão e graus de enraizamento da temática africana e afro-brasileira nas instituições.

A pesquisadora Nilma Gomes (2012) desenvolveu uma importante investigação em âmbito nacional sobre o grau de enraizamento da Lei nos sistemas de ensino e das condições de sua implementação, bem como uma análise in loco de práticas pedagógicas realizadas por um conjunto de 36 escolas públicas estaduais e municipais do País. Gomes (2012) faz algumas considerações importantes e dentre elas a de que “em muitas realidades brasileiras, a efetivação dessa legislação nas práticas pedagógicas ainda depende da ação de atores específicos, pois ela não está incorporada na proposta pedagógica e curricular da escola.” (Gomes, 2012.p.340)

Ao analisar o contexto escolar percebe-se que a diversidade vem se constituindo como um dos principais desafios enfrentado por todos que atuam em seu campo, atravessando todos os níveis de ensino desde a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) até a educação superior incluindo a EJA, a Educação Profissional e a Educação Especial. (Gomes, 2007). Considerando esses elementos, definiu-se como campo empírico da investigação foi uma escola pública, localizada na cidade Araraquara, interior do Estado de São Paulo, que conta com 300 alunos e 25 professores que trabalham do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. A escola tem uma estrutura física composta de um laboratório de informática, um refeitório, uma biblioteca, dez salas de aula, uma sala de professores e uma quadra para prática de atividades esportivas.

Assim, buscando contribuir para o aprofundamento da temática, a pesquisa aqui apresentada comportou duas etapas investigativas: a primeira, desenvolvida a partir de roda de conversas e a segunda etapa correspondeu à coleta de narrativas orais dos professores com o intuito de apreender o universo de sua prática e sua relação com a temática.

Inicialmente os professores foram convidados a participar da pesquisa durante os encontros de Atividades pedagógicas a partir de contatos feitos com a coordenação pedagógica da escola. Foram realizados quatro encontros conduzidos por meio de roda de conversas, o que possibilitou reflexões sobre as concepções referentes a diversidade étnica-cultural. De acordo com Silva e Bernardes (2007) "A Roda de Conversas é um meio profícuo de coletar informações, esclarecer ideias e posições, discutir temas emergentes e/ou polêmicos. Caracteriza-se como uma oportunidade de aprendizagem e de exploração de argumentos, sem a exigência de elaborações conclusivas." (Silva e Bernardes, 2007. p.54)

A finalidade foi levantar questões provocativas que incentivassem os professores a relatar sobre suas concepções, experiências e situações vividas no cotidiano, além de sua prática pedagógica, dificuldades e avanços.

A partir da roda de conversas, espaço em que os docentes puderam de maneira informal falar sobre a questão da diversidade na sociedade e seus reflexos na escola, pode se perceber suas concepções e como isso reflete na construção de sua prática pedagógica. Essa atividade foi conduzida pela discussão sobre a temática da diversidade étnico cultural proposta para o ensino de história e a edição das Leis no 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008 que introduziram a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar da educação básica. Nos primeiros encontros foram retomadas as informações sobre as propostas das Leis, pois nem todos os docentes a conheciam.

2.1. Diversidade étnico cultural, identidades e concepções docentes

Foram desenvolvidas algumas oficinas em que os docentes pudessem se posicionar a respeito das questões sobre as relações raciais, o racismo e o preconceito. A partir de questões instigadoras foram realizadas rodas de conversa que permitiram que os docentes pudessem refletir sobre a temática e seus reflexos no âmbito escolar.

De maneira geral, a atividade com rodas de conversa desenvolvida com os docentes e a coordenadora pedagógica revelou algumas concepções que permeiam o ambiente escolar, com o por exemplo a manutenção no mito da democracia racial na sociedade brasileira. Percebeu-se que a crença da existência de uma democracia racial é ainda bastante presente nas concepções de alguns dos professores, que tendem a negar a existência de conflito na sociedade e na escola, em nome de uma indefinição na identidade do povo brasileiro ou de uma mistura bastante pacífica. Frases como "Aqui todo mundo se mistura", "Não sei a minha cor", "Quem é branco e quem é negro no Brasil?" Exemplificam essas concepções.

No entanto, estimulados a relatar situações discriminatórias ou de preconceitos em sala de aula, relatam casos concretos envolvendo grupos específicos de alunos que ficam isolados ou são motivos de piadas; ou aqueles que são agredidos física ou psicologicamente.

Nesses casos, a concepção da democracia racial fundamenta as ações e práticas dos docentes que se colocam fragilizados diante de situações de conflito surgidas no espaço escolar. Relatam constrangimento ou incapacidade de intervenção pedagógica imediata, no momento de manifestações de discriminação racial ou preconceitos de qualquer outra espécie. Na fala desses docentes fica evidente o receio de estabelecer ou incentivar um conflito, o que segundo eles, só acirraría a violência e a intolerância na sociedade brasileira ou no ambiente escolar.

Há também presente nos relatos, a tendência de responsabilizar o "outro" pelas pelo preconceito sofrido. No caso de racismo, evidenciam-se falas como "a culpa é da família" ou "ele também não se aceita como negro"

Essas concepções vêm ao encontro das reflexões de Gadotti (1982), quando defende a ideia de uma pedagogia do conflito que "pretende mostrar que não existe uma educação neutra e que toda vez que o educador evita a questão política da educação, a vinculação entre ato político e ato educativo, está defendendo certa política, camuflando, ingenuamente ou conscientemente, essa vinculação."

Para Munanga (2005)

[...] a formação de professores que não tiveram em sua base de formação a história da África, a cultura do negro no Brasil e a própria história do negro de um modo geral se constitui no problema crucial das novas leis que implementaram o ensino da disciplina nas escolas. E isso não simplesmente por causa da falta de conhecimento teórico, mas, principalmente, porque o estudo dessa temática implica no enfrentamento e derrubada do mito da democracia racial que paira sobre o imaginário da grande maioria dos professores. (Munanga 2005, p. 63)

Para esses docentes, as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História ou as exigências da Lei 10.639, geralmente se resumem na organização de atividades em datas comemorativas, vista de forma folclorizada.

Por outro lado, entre os docentes que reconhecem a diversidade existente na escola, há aqueles que acreditam que essas diferenças não afetam o trabalho pedagógico.

Alguns docentes reconhecem a heterogeneidade presente na sociedade e no ambiente escolar, destacando em suas falas que "os alunos que lá estão são muito diferentes dos das décadas passadas, pois a escola atualmente é composta por grupos muito diferentes". Destacam as diferenças econômicas, religiosas, culturais, de gênero, étnicos, com necessidades especiais, entre outras. No entanto, apesar de reconhecerem a complexidade da diversidade étnico cultural na escola consideram que as diferenças na forma de aprendizagem é o fator que mais interfere no trabalho pedagógico. Dentre essas diversidades citam os alunos com fa-

cilidade para aprender e outros que sofrem para assimilar os conceitos mais simples, além do desinteresse de alguns e da indisciplina.

Nessa concepção, apesar do reconhecimento da diferença, os docentes consideram o fato de serem todos alunos e, portanto, todos são vistos a partir do lugar que ocupam no interior da escola. "Ali eles são alunos, categoria geral e abstrata que, tal como a categoria índio, coloca a todos "no mesmo saco" e nega as diferenças que os tomam, cada um, sujeitos sociocultural" (Gusmão, 2000, p.17)

2.1.1. Obstáculos e desafios

A pesquisa revela também que há uma preocupação entre os docentes em se preparar para compreender a complexidade das interações humanas existentes na sociedade e é urgente a necessidade de conhecer e entender as às novas demandas de discussões no campo da educação.

Os depoimentos dos professores vêm confirmar o fato de que há uma ausência de conteúdos curriculares nos cursos de graduação que possibilitem a esses profissionais aprofundar seus saberes nessa temática. Ao serem incentivados a discorrer sobre suas experiências e expectativas em relação à temática enquanto profissionais do ensino, na maioria dos relatos, aparece uma preocupação com a falta de instrumentos teórico- metodológicos decorrentes de sua formação.

No processo de reflexão com os docentes e de análise dos dados ficou evidente que um número significativo desses profissionais, ao serem desafiados a desenvolver estratégias e ações, voltados a luta contra o preconceito e a valorização da diversidade étnico-cultural, buscam elementos em sua formação inicial profissional e revelam as dificuldades proporcionadas pela ausência de conteúdos e reflexões sobre a temática.

Para o desenvolvimento de atividades e conteúdos relacionados ao ensino de História e a aplicação da Lei 10639, os docentes relatam uma série de dificuldades decorrentes de vários aspectos:

- a falta de recursos didáticos sobre a temática;
- Os livros didáticos disponíveis geralmente são limitados e pouco relacionam a temática da diversidade étnico cultural.

2.1.2. Reflexões sobre as práticas pedagógicas dos docentes sobre a temática da diversidade étnico cultural

Na segunda etapa da pesquisa foram entrevistadas 03 professoras que foram apontadas pelo grupo como referência na escola, pois buscam no cotidiano da sala de aula criar situações de ensino e de aprendizagem aliadas a temática da diversidade étnico cultural.

Para a coleta das narrativas orais foram considerados, além da indicação do grupo, aspectos gerais sobre formação acadêmica, tempo de serviço, carga horária semanal de trabalho, relação com a disciplina de História e nível de conhecimento sobre as leis 10.639/03 e 11.645/08. Uma dessas professoras é formada em História e Pedagogia e foi apontada por seu trabalho nas aulas de História e seu envolvimento com movimentos sociais. O quadro a seguir apresenta o perfil dessas professoras:

Quadro 1. Perfil das Professoras

Faixa etária	Formação Profissional	Tempo de experiência docente	Carga horária semanal	Cursos de formação continuada
30 a 40 anos	Pedagoga Mestre em Educação	07 anos	Efetiva 40 horas	
40 a 50 anos	Pedagoga	23 anos	Efetiva 40 horas	
40 a 50 anos	Pedagoga	22 anos	Efetiva 40 horas	

Nos relatos dessas professoras fica evidente a importância das experiências pessoais e dos cursos de formação em suas práticas pedagógicas. Percebeu-se a preocupação desses docentes em desenvolver um trabalho mais sistemático, incluindo em suas aulas atividades que levem os alunos a refletir sobre as diferentes culturas, o preconceito e o racismo.

As práticas Pedagógicas narradas pelas docentes podem ser assim sintetizadas:

- As professoras relatam que devido às experiências pessoais com o racismo e a discriminação foram despertadas para a necessidade de desenvolver um trabalho no âmbito escolar e que a aprovação da Lei 10.639 e os contatos com leituras sobre a temática deram legitimidade as suas práticas.
- As leituras e discussões feitas nos cursos de formação continuada contribuem para a realização dessas atividades e projetos, além de proporcionar aos docentes uma segurança em planejar, desenvolver e avaliar os conteúdos aplicados;
- As práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico cultural envolvem algumas atividades desenvolvidas concomitantemente na escola como leituras, dramatizações, filmes, rodas de conversas, músicas, danças, pinturas, desenhos, visitas a espaços educativos e exposições e projetos de história oral principalmente envolvendo a comunidade local. As professoras relatam que a aplicação dessas atividades em sala de aula instiga os alunos à reflexão sobre a temática, além de contribuir para a mudança de atitudes e comportamentos no cotidiano de sala de aula.
- Para as professoras, trabalhar com os conteúdos relacionados a temática da diversidade étnico racial exige muito mais que colher informações, é preciso repensar o que se entende por História e por Cultura;
- As atividades relacionadas a temática da diversidade étnico cultural são desenvolvidas na maioria das vezes na disciplina de história e Artes;

No entanto, nos relatos dessas professoras foi possível identificar uma preocupação com o fato de se tratar de trabalhos isolados e o risco de não ter uma continuidade, já que nem todos os professores se sentem seguros a desenvolver um trabalho nessa temática.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o quanto a formação permanente, revela-se como uma necessidade na experiência docente, principalmente quando se trata de um ensino de qualidade, que contribua para a mudança no modo de pensar e agir e que incentive e ajude a promover o respeito às diferenças étnicas culturais.

A partir do exposto, confirmamos que o docente constrói e reconstrói seus conhecimentos em sua trajetória profissional e pessoal, ampliando-se na relação com os pares e nas experiências adquiridas. Nesse sentido, podemos concluir que, para que haja um processo de formação profissional, há de se considerar uma permanente reflexão pela qual os docentes possam expor suas concepções, suas práticas e que essas lhes permitam repensar, rever e se reposicionar frente aos desafios, realizando, assim, o processo de ação-reflexão-ação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Candau, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M.(Org.) (2008). *Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Cap. 1, p. 13-37.
- Dayrell, J. (Org.). (1996). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Gomes, N. L. (2007) *Relações étnico-raciais, Educação e descolonização dos currículos*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109.
- Gomes, N. L. (Org) (2012). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03*. ed. -- Brasília: MEC; Unesco.
- Gusmão, N. M. M. (2000) Desafios da Diversidade na escola. *Revista Mediações*, Londrina.V.5, n.2, p. 9-28.
- Munanga, K. (2005) *Superando o Racismo na Escola*.3.ed.Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
- Nóvoa, A. (1995). Os professores: um "novo" objecto da investigação educacional? In: NÓVOA, António (Org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto.
- Rüsen, J. (2009). *Como dar sentido ao passado. Questões relevantes da meta-história*. História da historiografia. Número 02
- SECAD/MEC. BRASIL. (2004) *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana*. Brasília/DF.
- Silva, P. B.G; Bernardes N.M.G. (2007) *Roda de Conversas – Excelência acadêmica é a diversidade*. Porto Alegre/RS Ano XXX n.1 (61) p.53-92
- Teixeira, I. A. C. (1996). "Os professores como sujeitos socioculturais". In: Dayrell, J. (Org.), *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, p. 179-194.